

HABEAS CORPUS Nº 487.058 - MS (2018/0346759-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RONALDO DE SOUZA FRANCO
ADVOGADO : RONALDO DE SOUZA FRANCO - MS011637
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : OSVALMIR NUNES DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de **OSVALMIR NUNES DA SILVA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

O paciente, vereador do Município de Ladário (MS), está preso em cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido em 13/11/2018 nos autos de ação penal originária em tramitação no Tribunal impetrado, em razão da suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 288 (associação criminosa) e 317, § 1º (corrupção passiva), c/c o art. 71 (continuidade delitiva), todos do Código Penal.

Aduz o impetrante que o decreto prisional fora baseado tão somente na gravidade abstrata dos delitos supostamente praticados, bem como na probabilidade de reiteração criminosa, fundamentos que considera insuficientes à decretação da medida extrema.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja o paciente colocado em liberdade.

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 103-109).

Informações prestadas pelo Tribunal recorrido (e-STJ, fls. 113-132).

Parecer do Ministério Público pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 137-141).

O impetrante, às fls. 145-155 (e-STJ), alega fato superveniente, qual seja, a cassação do mandato de vereador do paciente, o que, no seu entender, afastaria a fundamentação adotada para a decretação de sua prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

No caso em exame, verifica-se o não esgotamento da instância ordinária, diante da ausência de interposição de agravo regimental da decisão que indeferiu o pedido de revogação da medida corporal, de modo que ainda não se inaugurou a competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, I, c, da Constituição Federal.

Nesse sentido, confirmam-se:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPEDIMENTO DE UM DOS INTEGRANTES DO COLEGIADO RESPONSÁVEL PELO EXAME DO RECURSO DE APELAÇÃO. DESEMBARGADOR QUE NÃO

PROFERIU VOTO NA OCASIÃO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZOS À DEFESA. EIVA NÃO CONFIGURADA.

1. É inviável o conhecimento do habeas corpus, uma vez que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de origem, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedentes do STJ e do STF.

[...]

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 427.586/PE, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, j. 4/9/2018, DJe 12/9/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. DELEGAÇÃO DE INSTRUÇÃO EM AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A pendência de julgamento do agravo regimental interposto contra a decisão do Desembargador relator de ação penal originária que determinou a expedição de carta de ordem com a finalidade de ouvir testemunhas de defesa dos corréus, bem como interrogar os acusados inviabiliza a inauguração da competência deste Superior Tribunal de Justiça.

2. No que tange à instrução de ação penal originária de tribunal, a delegação para a realização do interrogatório ou de qualquer outro ato relativo à instrução criminal está prevista no art. 9º, § 1º, da Lei n. 8.038/1990, c/c o art. 1º da Lei n. 8.658/1993, e no art. 251 do Regimento Interno do TRF/1ª Região.

[...]

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 418.492/BA, rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 27/10/2017).

Ante o exposto, **não conheço** deste *habeas corpus*, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator